



A SUTILEZA DO ÓDIO: RACISMO POLICIAL POR MEIO DAS REPORTAGENS SOBRE O *ESQUADRÃO DA MORTE* NA REVISTA *FATOS E FOTOS*

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3700

Luan Fernando Leal Ferreira, UFPR

Resumo

Esta pesquisa é um excerto de meu projeto de mestrado. O objetivo de meu estudo é mapear elementos de racismo policial por meio das reportagens relativas a grupos paramilitares denominados *ESQUADRÃO DA MORTE*, na revista *FATOS E FOTOS*. Se tratava de policiais que empenhavam-se a caçar indivíduos que, de alguma maneira, fugiam do alcance penal. O recorte da documentação é de 1968-1985, que configura, praticamente, a ditadura civil-militar no país. Neste período, destaco dois pontos: institucionalmente o governo promovia a imagem de um país harmônico racialmente, a democracia racial, mesmo denunciada por intelectuais como mito, era muito utilizada de maneira a deslegitimar quaisquer críticos sobre a situação das relações raciais no país; e o enfrentamento e a denúncia relativo ao trato discriminatório com sujeito afro-brasileiro só tomou corpo já ao fim da década de 1970, com o fortalecimento de movimentos sociais negros. Conjuntamente com o aumento da densidade demográfica nas grandes cidades e, por consequência, o recrudescimento da violência urbana, a população periférica, de maioria negra, tornou-se alvo do comportamento militarizado do *ESQUADRÃO*. Usamos como aporte teórico-metodológico autores que enfatizam o caráter racial do conflito, não confinando os estudos sobre as intersubjetividades dentro, simplesmente, do escopo culturalista, explicitado em restrita gama de comparações, mas salientando as particularidades do percurso sobre as relações raciais do Brasil. O próprio grupo estudado, apesar de congêneres em outros países (posteriormente chamados grupos de extermínios) é reflexo de uma tradição da segurança pública brasileira que desenvolveu-se a partir da caça aos sujeitos periféricos e afro-brasileiros.

Palavras Chave:

Racismo policial;
Esquadrão da Morte;
Fatos e Fotos.

O objetivo deste artigo é expor e analisar determinados traços concernentes ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira, tendo como documentação a revista *Fatos e Fotos*(FeF), em específico o racismo policial identificado em reportagens sobre os chamados *Esquadrões da Morte*. A baliza temporal parte de 1968 e finaliza em 1985, tal recorte justifica-se por se tratar do período das edições disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná (BPP). Tendo em vista o tamanho deste escrito e o estágio de minha pesquisa, optei por focar na formulação teórica, ao final tratarei brevemente de uma imagem.

Em visitas a BPP, no setor de periódicos deparamo-nos com as páginas do periódico *FeF*, um semanário editado pela Bloch Editores S.A., a partir de 28 de janeiro de 1961, sendo inicialmente uma versão enxuta da gigante revista *Manchete*, editada em Brasília, com o tempo, o impresso de tendência a assuntos leves, abriu espaço para a discussões sobre política e questões de conflitos nacionais e internacionais, já a partir da década de 1980 tornou-se irregular até cessar suas edições¹. Justificamos a escolha da revista, por esta representar em termos de conteúdo e formato um bom exemplar de mídia que pratica e reitera o elemento central do racismo estrutural brasileiro, a democracia racial. O estudo justifica-se pela necessidade na historiografia de tornar nítida o desenvolvimento do racismo estrutural e seus elementos fundamentais no Brasil, tendo em vista a grande repercussão que os estudos sobre diversidade ganharam na mídia e na academia.

¹Informações retiradas do verbete “Fatos e Fotos” de Vladimir Lombardo Jorge, no acervo da CPDOC. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/fatos-e-fotos>>.

²CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995. p.233.

³Até mesmo porque no processo de escravização dos sujeitos africanos utilizou-se o método de

Tivemos como intento traçar pontos essenciais para o estudo sobre o afro-brasileiro. Nos localizamos nos Estudos das Relações Raciais (ERR), pois valorizamos a ideia que é no contato que acontecem e se reafirmam as relações de poder, é exatamente nessa confronto entre as intersubjetividades que se constituem empiricamente as verdadeiras relações culturais. Michel de Certeau afirma que devemos compreender Cultura enquanto prática², para que não seja unidirecional e artificial, que vá além das falsas harmonias sociais, é necessário ser percebido no choque entre as pluralidades.

No entanto, é necessário ser cuidadoso com o limite entre a perspectiva culturalista entre etnia e raça: no afã de encaixar perfeitamente a nossa realidade multicultural aos estudos culturalistas britânicos ou franceses acabamos por cair em afirmações de raso fundamento empírico. Quando tratamos de preconceito contra o sujeito de herança africana, o pontual não é sua ascendência étnica(pertencente a determinado grupo étnico africano³), mas é a materialização física desse legado. Seus traços fenotípicos carregam por si só um conjunto de pressupostos sócio-históricos, quando levados para o interior de uma sociedade racista.

Stuart Hall afirma que utilizamos o termos etnia para nos referirmos a características culturais, língua, religião, costumes, tradição, sentimentos de lugar, que são partilhados por um povo⁴. Nas sociedades contemporâneas, utilizar tal conceito tratará de um equívoco, pois somos híbridos culturais. Atualmente é plausível a ideia de um movimento

ruptura forçada de seus laços tradicionais com a comunidade nativa proibindo-lhes o uso da língua, religião, cantos, costumes em geral, de maneira a facilitar a assimilação de novos costumes que os escravizadores julgavam como necessário para sua nova situação.

⁴HALL, Stuart. **A Identidade Cultural no Pós-modernidade**. 10º ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005. p. 62.

diaspórico das populações que sofreram com o êxodo advindo do colonialismo. No caso brasileiro, raça é uma categoria utilizada numa perspectiva sociológica, encarando-a como um constructo político-cultural com intuito de convergir sujeitos que possuem alguma forma de ligação baseada na comum exclusão⁵. Hall denomina de *política de identidade*⁶ a esta identificação, gesto que ganhou força com os *novos* movimentos sociais da década de 1960. A identidade é compreendida como luta, o privado é reivindicado como público, ocorre o apelo a união através da cultura já que o político mostrou-se ineficaz para garantir a igualdade de direitos.

A criação e reprodução de esteriótipos e estigmas são elementos fundamentais na prática voluntária ou involuntária do Racismo. Entendemos que estigma

“é a situação do indivíduo que está *inabilitado para a aceitação social plena*(...)O termo estigma [é] usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso.”⁷ [grifo meu]

Constitucionalmente, a desde a Proclamação da República o negro também tinha seus direitos e deveres como todo cidadão, o racismo explícito era de ordem principalmente social/cultural. Notadamente,

desenvolveu-se, principalmente por um esforço historiográfico de estudiosos marxistas, um tradição de história comparativa relativo as experiência da escravidão e do pós-abolição entre Brasil e Estados Unidos. Nos Estados Unidos mesmo após a abolição institucionalizada, até meados das décadas de 1940-1950 do século XX, um racismo de Estado ainda persistia e garantia a discriminação, havia uma separação por força de lei entre negros e brancos, como total aval do Estado. Os exemplos mais comuns voltavam-se para as *Leis de Jim Crow*, um série de leis locais e estaduais que davam o lastro institucional para uma realidade abertamente racista, as quais vigoraram de 1876 à 1965. Outro exemplar comparativo clássico dava-se com o sistema discriminatório do *Apartheid* na África do Sul(1948-1994).

Se no século XIX o governo brasileiro esforçava-se para nutrir uma imagem de país harmônico, sem tensões étnicas, foi com Freyre que tal aspecto encontrou sua função mais utilitária. Foi em sua obra onde se bebeu os argumentos para a cunhagem da expressão “harmonia étnica e social”, adaptada posteriormente por Roger Bastide como *democracia racial*⁸, a qual surge em decorrência de sua militância contra o integralismo, movimento ultranacionalista, tendo como influência o fascismo italiano, representado por conservadores que lhe faziam oposição na própria Recife, onde residia.

Tanto academicamente quanto a nível militante, a *democracia racial* está intimamente relacionado as reflexões sobre preconceito, harmonia e

⁵Não sabemos se nossos antepassados vieram da mesma região africana, se falam o mesmo dialeto, possuíam religião ou tradições semelhantes, o que nos liga é o fato de nos reconhecermos fenotípicamente tendo em vista que é este o aspecto mais evidente que promove nossa exclusão social. Nos unimos pela comum exclusão.

⁶HALL, Op. Cit. 45.

⁷GOFFMAN, E. **Estigma: Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. p.7-13.

⁸ GUILMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 141.

democracia. O esforço para a compreensão das relações raciais no Brasil perpassa o entendimento sobre as rupturas e continuidades de nosso passado colonial escravista, onde é possível circundar terrenos que originaram ou solidificaram determinados preconceitos. A *democracia racial* é localizada num *ball* de estudos que perpassam a reflexão de inúmeros autores. Na última década do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, uma série de intelectuais empenharam-se a discutir a questão da integração dos elementos negros e indígenas na então jovem sociedade da república brasileira.

Silvio Romero⁹ fora advogado e reconhecido crítico literário, declarava-se darwinista social, compreendia que a miscigenação era um fato que não deveria ser lamentado, mas estudado, apontou-se como referencial da chamada Escola de Recife, grupo de intelectuais pernambucanos que, ao ter contato com a teoria darwiniana compreendiam o processo de branqueamento como processo de adaptação da “civilização brasileira”. Nina Rodrigues¹⁰ foi um proeminente médico e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, empenhou-se em estudar sistematicamente a influência africana na formação do “povo” brasileiro, apoiava-se em recentes estudos de antropologia física, além de escritos como de Gobineau sobre a impossibilidade dos negros. Deixava claro o seu entendimento do negro como problema indissolúvel, pois se mesmo que o fosse possível chegar ao

mesmo estágio que os brancos europeus estivessem naquele momento, a civilização europeia se desenvolvia rápido demais. Declara ter “simpatia pelo negro” e que devido a natural possibilidade de regressão ao estado selvagem, negro e mulatos ter seus julgamentos atenuados.

Cabe citar Manuel Bonfim e Alberto Torres, dois teóricos que já no início do século XX despontavam como agentes que ridicularizavam o aporte científico dado a teoria racialista, evidenciando, ambos, que a inferioridade dos sujeitos descendentes de africanos dava-se por questões sócio-culturais de um passado próximo de coloniedade. A questão da herança africana mobilizou inúmeros intelectuais dentre os quais Oliveira Vianna e Paulo Prado, os quais apontavam-na como uma mácula no caminho civilizacional do povo brasileiro, reforçando o ideal de branqueamento, e Roquette Pinto e Gilberto Freyre, os quais a consideravam benéfica, sendo que este último serviu como base para a teoria que permeou e ainda permeia as relações raciais brasileira: a *democracia racial*¹¹.

Determinados discursos sobre os negros refletem uma configuração mental hegemônica devido a um contexto calcado no conceito de “democracia racial”. Fernandes, Hanchard e Munanga¹² encaram-no como mito sendo um dispositivo “que age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece[ndo] à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos”¹³. Outros autores como os antropólogos Peter Fry e Lilia Schwarcz¹⁴ preferem entendê-lo como

⁹SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976. p.74.

¹⁰Idem, p. 77.

¹¹Op Cit. 204-224.

¹²FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2006; HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio e São Paulo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001; e MUNANGA, Kabengele. *As facetas de um racismo silenciado*

In SCHWARCZ, Lilia e QUEIROZ, Renato. **Raça e Diversidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

¹³MUNANGA, Kabengele. *As facetas de um racismo silenciado* In SCHWARCZ, Lilia e QUEIROZ, Renato. **Raça e Diversidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.p.215.

¹⁴FRY, Peter. *Política, nacionalidade e o significado de “raça” no Brasil* In **A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil**

um projeto, “em vez de declarar a *democracia racial* uma farsa[...]seria mais interessante pensá-la como um ideal a ser alcançado”¹⁵. De qualquer forma, sendo mito ou ideal, tratou-se de um projeto político engendrado no discurso oficial, agindo em dois níveis: mentalidade social, mexendo com o cotidiano e os sentimentos de uma sociedade; e a nível institucional garantindo uma imagem externa de um paraíso harmonioso, reprimindo qualquer conflito organizado que se pretendesse de cunho étnico-racial, garantindo o equilíbrio social. Hanchard destaca que mesmo nos idos do processo de abertura política, os afro-brasileiros que se engajaram nas atividades de afirmação racial sofreram explicitamente censura, em termos formais ou informais, por determinadas elites que os acusavam de afrontar a aspecto harmônico do caráter nacional¹⁶.

O período que se seguiu a abolição caracterizou-se pela tentativa de eliminação do elemento negro social e culturalmente, excluindo estes sujeitos logicamente de modo a dar aspecto de cidades europeias as grandes cidades brasileiras. Houve o acirramento da perseguição ao indivíduo negro, reafirmando categoricamente sua situação de natural subversidade, dado ao nascer aos indivíduos com aquela tonalidade de pele. A ligação entre o racismo e o preconceito social se cristalizou com o decorrer da industrialização, com as grandes aglomerações de pobres e miseráveis em cortiços e posteriormente em regiões de fragilidade logística, como as favelas. Nestes locais caracterizaram comunidades que estavam dentro dos limites das cidades, mas exclusas e

esquecidas pelo poder público, exceto pela presença das forças policiais, ali praticou-se um espetacularização do extermínio dos negros.

A violência urbana anda lado a lado com a questão da pobreza e da marginalidade, categorias as quais, infelizmente, o percurso dos negros e negras brasileiras estão intimamente interligados. Entendemos *violência urbana* tal qual David Melo Neto sendo uma ameaça frequente a continuidade rotineira da vida nas aglomerações humanas¹⁷. É dentro da ideia de violência urbana que localizamos os grupos denominados Esquadrões da Morte. Segundo Melo Neto a definição de Esquadrão como nome próprio é infrutífera, a partir dessa compreensão estaria afirmando que tratavam-se de um grupo de matadores especializados, algo que não corresponde, inicialmente, a formação do grupo¹⁸. O propósito seria, de forma geral, a formação de um determinado grupo de policiais civis que se reuniram esporadicamente para desempenhar uma caçada a determinados sujeitos, efetuado a ação a união estaria desfeita e só voltariam a reunir-se quando necessário

Estes grupos que se originaram no Rio de Janeiro e espalharam-se pelo resto do país, estampavam inúmeros jornais desde seus primeiros aparecimentos, por volta do final de 1950, como sendo “caçadores de bandidos”, a milícia constituída por policiais, militares e, posteriormente, por civis, alguns de notoriedade, tinha por objetivo aparente a caça e morte de criminosos que fugiam do alcance institucional das forças policiais. Nossa documentação nos auxilia, demonstrando a variedades de grupos, os

e a **África Austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁵Idem, Op.cit.33.

¹⁶HANCHARD, Op. cit. 77.

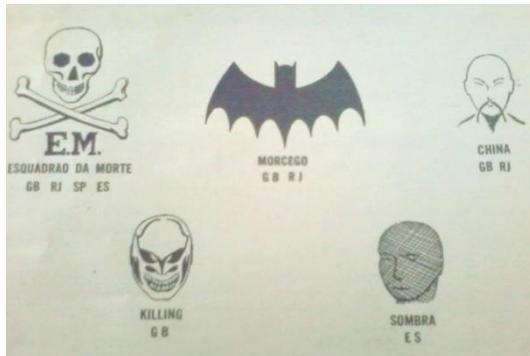
¹⁷MELLO NETO, D. Esquadrão da Morte: uma categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. DILEMAS: Revista de Estudos de

Conflito e Controle Social – Vol.10 – no 1 – JAN-ABR 2017 – pp. 132-162

¹⁸MELLO NETO, David Maciel. “Esquadrão da Morte”: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957 – 1987). 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p.19.

quais a mídia colocou sob a alcunha de Esquadrão da Morte:

Figura 1: Exemplos de símbolos de identidade visual dos grupos denominados esquadrões da morte, com denominação e estados de atuação.



Fonte: Reportagem Jorge Pinheiro e Hélio Bicudo. O Esquadrão da Morte vai ser punido? Fatos e Fotos, p.84, 25/12/1969.

O processo de migração para o sudeste (principalmente São Paulo e Rio de Janeiro) foi intensificado nas décadas de 1950-1960. Culminou numa comunidade de alta taxa demográfica, excluída geograficamente tendo que desenvolver a própria dinâmica logística. Tal situação levou muitos a se sujeitarem a subempregos ligados ao jogo do bicho, ao tráfico de drogas, elemento que substituiu a força do jogo do bicho na favela posteriormente, sendo que normalmente tratava-se de um morador da própria comunidade¹⁹. Estes locais formaram enormes bolsões de pobreza, as favelas, suscetíveis a periculosidade da criminalidade e da polícia.

A violência policial está intimamente ligado a imagem de criminoso em potencial referido ao estigma alocado no sujeito negro. Segundo nosso raciocínio, a polícia era e é militarizada, tendo em vista a acepção do termo: a militarização é um conjunto de práticas e compreensões de origem bélica, o corpo polialesco está então preparada não para uma vigilância ou para o trato ao cidadão comum, mas na atividade em

função de um guerra urbana. Tendo em vista que utiliza-se de táticas de guerra, acaba predispondo tipos comuns de criminosos, no Brasil esta imagem liga-se ao negro/pobre/periférico/da favela. A militarização aprofunda a tensão social dando um tom de projeto a essa mácula social. Sendo parte da institucionalidade estatal, a polícia torna material as ideologias pré-dispostas pelas classes que dominam o cenário político. Em nosso caso, sendo o país, a partir da ideia gramsciana de hegemonia cultural, um local de disseminação da ideologia dos grupos dominantes, e que vemos o nítido tom cultural racista da sociedade brasileira, alicerçado no mito de *democracia racial*, podemos constatar que a nossa polícia, por conseguinte, também é racista. A violência, advinda da característica de formação militarista, é intensificada e consubstanciada em violência racial.

Na figura 02, podemos ver a imagem do braço direito do traficante Renatinho, morto a tiros, denominado Neguinho (Jorge Gomes da Silva) pelo jornal e pelos policiais(segundo a reportagem). Neguinho é preso e muito fotografado como símbolo do sucesso policial na caça aos elementos ao Esquadrão da Morte. Durante a reportagem, o mesmo é tido como um sujeito de alta periculosidade e notória satisfação em fazer parte do crime organizado. Neguinho é materialidade do indivíduo negro, pobre que ascendeu através do crime. Vestido com boas roupas e, segunda a reportagem, de boa eloquência, o fator de ser um criminoso não parece surpreender a força policial. Ao contrário de Renatinho, morto pela polícia, o qual era branco e vinha de um bairro próximo, sendo de uma família de classe média. A concepção de inerência a criminalidade de Neguinho é claramente referente a sua condição racial e social,

¹⁹Idem, p. 27.

pois era negro e nascido na favela²⁰.

Figura 02. Morre Renatinho, é a vez de Neguinho.



Fonte: Reportagem de Jorge Pinheiro/ Foto: sem informação, Fatos e Fotos, 1968.

O racismo é um estrutura mental ou sentimento que provoca em nossa sociedade, uma intensa indagação acerca do alcance da racionalidade, tão valorizada nas sociedades modernas, e o embate desta com fatores que fogem ao controle do indivíduo. É comum haver a conclusão que o racista é um *ser fora*, uma *anomalia*, se afirma assim que a sociedade não é racista, mas sim o indivíduo, se extirpá-lo o problema estará resolvido. Compreendemos aqui que a questão é mais complexa que isto, a ação do sujeito racista trata-se de um imbróglio relacionado a intersubjetividade. A efetividade ou a falência do ato só é possível devido ao contato entre as subjetividades. É o contato que desdobra no conflito ou no pacto de boa convivência, sem o tensionamento não é

possível o embate entre atitudes, práticas, linguagens e discursos. As relações entre os sujeitos ocasionam a intensificação ou até a constituição de suas identidades, sendo estas associações permeadas de relações de poder.

Referências

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural no Pós-modernidade**. 10º ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2006.

FRY, Peter. Política, nacionalidade e o significado de “raça” no Brasil In **A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOFFMAN, E. **Estigma: Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio e São Paulo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MELLO NETO David Maciel. **“Esquadrão da Morte”: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957 – 1987)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado In SCHWARCZ, Lilia e QUEIROZ, Renato. **Raça e Diversidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

²⁰Jorge Pinheiro. Morre Renatinho, é a vez de Neguinho. Fatos e Fotos, 06/10/1968.